

Arquivo

Vereador alerta para risco de caos social com a privatização

Promessa de água para a Região Oceânica em troca da privatização está deixando cega a população de Niterói quanto ao futuro do abastecimento

MUNICIPALIZAÇÃO

Prefeitos debatem modelo para a Baixada Fluminense

Prefeitos da Baixada defendem a municipalização dos serviços de Saneamento Básico em seus municípios, mas muitos deles admitem que não dispõem de recursos para assumir a operação e manutenção do sistema de abastecimento da CEDAE, devido aos pesados investimentos exigidos. O prefeito de Nilópolis, José Carlos Cunha, quer manter o convênio com a CEDAE, mas reivindica melhores serviços. A direção da ASEAC vai procurar os prefeitos para apresentar a eles a proposta dos trabalhadores para a mudança do modo de gestão da Empresa. (Página 7)



Arquivo

Vereador cita o exemplo da CERJ para criticar a privatização do Saneamento

“No início da década de 60, o sistema de barcas era privado e de péssima qualidade. Isto fez com que a população revoltada enfrentasse a polícia e colocasse fogo em várias embarcações. O governo deveria se preocupar com isso, pois da forma como essas privatizações vêm sendo feitas, isto pode voltar a ocorrer”. O alerta é do vereador de Niterói João Batista Petersen Mendes, ao se manifestar preocupado com a questão da privatização dos serviços públicos, principalmente o Saneamento Básico e a energia elétrica. Petersen lembrou o processo de transferência da CERJ à iniciativa privada, “que vem fazendo com que o seu município - Niterói - viva um verdadeiro caos”. Segundo ele, há bairros na cidade que sofrem “black-outs” de sete a oito vezes por dia e a população não tem a quem reclamar. (Página 7)

ENTREVISTA

Emy Guimarães, ex-presidente da ASEAC, critica o “efeito Pilatos” e adverte os empregados para assumirem sua própria luta: “Chega de lavar as mãos”. (Páginas 4 e 5)

Sangue novo na cúpula da CEDAE

A área executiva da CEDAE acaba de sofrer importantes mudanças, com a nomeação de alguns de nossos mais atuantes colegas para ocupar alguns cargos estratégicos na Companhia: os engenheiros Armando Costa Vieira Júnior e César Scherer acabam de assumir, respectivamente, a Diretoria do Interior e a Superintendência Regional Sul - Sursu -, enquanto o economista Jopert Padrão do Espírito Santo foi empossado na Diretoria de Segurança da Prece.

Engenheiro civil, Armando Costa Vieira Junior, de 38 anos, assumiu a diretoria do Interior, em junho passado, com o objetivo de promover uma integração maior entre as várias superintendências e núcleos da CEDAE, na tentativa de minimizar os efeitos da distância física, sem ignorar as peculiaridades locais. Segundo o novo diretor, hoje, a DIN está trabalhando da melhor forma possível para mostrar a importância da CEDAE se manter coesa e unida. Armando - que entrou na CEDAE aos 18 anos, como servente - é casado e pai de dois fi-

lhos (um casal, 11 e 2 anos). Na Empresa, ele já foi chefe de praticamente todos os Distritos de Água e Esgotos -DAEs - da Superintendência da Zona Oeste - Surzo -, além de Chefe da Divisão Técnica Operacional da mesma Superintendência. Antes de assumir a DIN, o engenheiro era o Superintendente da Zona Sul - SURSU.

Sursu

O novo Superintendente Regional Sul é outro jovem engenheiro civil, formado pela Universidade Santa Úrsula, e atual diretor administrativo da ASEAC. Aos 40 anos de idade, César Scherer - com 17 anos na Empresa - já exerceu vários cargos e chefias ao longo de sua carreira. Foi chefe de serviço de manutenção de adutoras e troncos; chefe da divisão técnico-operacional da Surzo; assistente da Surzo; assessor da diretoria Administrativa; assessor da diretoria de Recursos Humanos; e chefe da divisão de licitações de material; e assistente da Diretoria de Administração e Finanças.

Antes de assumir a Superintendência, César era assistente da Diretoria de Admi-

nistração e Finanças. Casado com Diva e pai de dois filhos (Eduardo, 9 anos; e Nathalie, sete), o engenheiro assume a nova função disposto a enfrentar os desafios de uma das áreas de maior peso na companhia, tanto em termos de atendimento quanto de arrecadação. Apenas para dar uma dimensão dessa importância, a Sursu abastece a população do Rio, desde a Barra da Tijuca à Zona Sul, passando pela Zona Norte, na região do Meier e Pavuna, até o centro da cidade. Em termos percentuais, é responsável pelo fornecimento de 60/70% da água fornecida pela CEDAE à população do Rio de Janeiro.

Prece

Jopert Padrão, com 32 dos seus 49 anos dedicados à CEDAE, também traz uma larga experiência nas áreas administrativa e de Recursos Humanos. Formado pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, ele já foi diretor administrativo; superintendente de Recursos Humanos; superintendente de Apoio Empresarial; assessor da Diretoria Comercial e Fi-

nanceira; e coordenador Geral de Controle, além de outras chefias exercidas ao longo de sua carreira, iniciada em 1965 na área de Patrimônio, cuja chefia também ocupou.

Casado com Vitória, Jopert acha que a Diretoria de Segurança - um setor da Prece com características operacionais - está sendo preenchida no momento certo, de forma que as atividades de segurança e benefício aos participantes da Instituição possam ser exercidas, de fato, por uma diretoria específica, mais adequada, portanto, aos objetivos de atender melhor aos associados, e que até então se encontrava vaga. Aliás, Jopert faz questão de ressaltar o trabalho que vinha sendo feito pela Diretora Administrativa e Financeira, Cristina Piragibe, que acumulava as duas funções. Segundo ele, o objetivo principal na sua gestão será procurar dar aos participantes da Prece a tranquilidade que eles precisam, no sentido de que possam desenvolver cada vez melhor o seu trabalho em benefício da população.

ASEAC tem novo Conselho Fiscal

Foram eleitos, no último dia 25 de junho, os novos representantes - efetivos e suplentes - do Conselho Fis-

cal da ASEAC, para o próximo biênio (97/99). O resultado das eleições, pela ordem de votação, é o seguinte:

EFETIVOS



ALOÍSIO SOUZA DA SILVA
Total de votos: 93
Votos úteis: 25%
Votos globais: 22%



NELSON MARTINS PORTUGAL
Total de votos: 83
Votos úteis: 22%
Votos globais: 20%

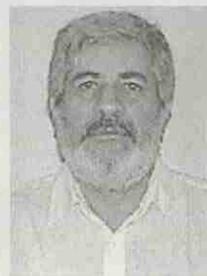


JOSÉ CARLOS FILIPPO
Total de votos: 58
Votos úteis: 15%
Votos globais: 14%

SUPLENTES



DAVID FINK
Total de votos: 55
Votos úteis: 14%
Votos globais: 13%



ANTONIO BASTOS DE OLIVEIRA
Total de votos: 45
Votos úteis: 12%
Votos globais: 10%



LUIZ FERNANDO F. RODRIGUES
Total de votos: 34
Votos úteis: 9%
Votos globais: 8%

Assembléia aprova um reforço na contribuição

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no último dia 25 de junho, às 18 horas, na sede da ASEAC, os associados aprovaram a instituição da cobrança extraordinária de 0,5%, destinada reforçar a luta da Entidade em defesa da manutenção do Saneamento Básico no setor público. Com isso, os sócios da ativa que, antes, contribuíam com 1% de seus salários, passarão a recolher 1,5%.

Na mesma AGE, foi aprovada, também, através da alteração do artigo 8º do Estatuto em vigor, a criação da contribuição para a categoria dos sócios aposentados junto à Prece. A partir de agora, eles passam a descontar 0,75% de seus vencimentos. Ofício no sentido de regulamentar a decisão da Assembléia já foi encaminhado à direção da CEDAE, para as providências práticas.

A Assembléia serviu, ainda, para prestar contas das ações que a ASEAC vem adotando, na defesa dos interesses dos empregados e da Companhia como empresa pública essencial, bem como dos custos dessas iniciativas.

<p>Jornal da ASEAC Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE Rua Sacadura Cabral, 120, Salas 601, 602, 607 e 902 Tels: 263 6240 e 296 0025 - Ramal 102 - Telefax: 253 7482 - Internet: aseac@mandic.com.br</p> <p>DIRETORIA EXECUTIVA Diretor Presidente Dário Mondego Diretor Vice-Presidente Walcyr Goulart Marliosa Diretor Administrativo César Eduardo Scherer Diretor Financeiro Edson Reis da Silva</p>	<p>Diretor de Comunicação Jaime Dutra Noronha Diretor Técnico João Benedito Lorenzon Mello Diretor Social Antônio Carlos Alvares Grillo</p>	<p>Arquitetos Dirceu Soares Marinho Filho Biólogos Evandro Rodrigues de Brito</p>	<p>Paulo César Quintanilha Renato Guerra Marques CONSELHO FISCAL Emy Guimarães de Lemos Arlindo Pereira Jorge Rodrigues Leitão Alberto José M. Gomes</p>
	<p>CONSELHO DIRETOR Representantes dos Administradores Pedro Paulo de Freitas Advogados Suelli Kolling Turano Analistas César Lima da Graça Aposentados Edson Biffencourt Rosas Elyso Américo M. da Fonseca Leon Ambram Nacim Chau Cascum</p>	<p>Contadores Sérgio Pereira</p>	<p>Demais categorias Elana Glória de P. Peixoto</p>

A ambiguidade

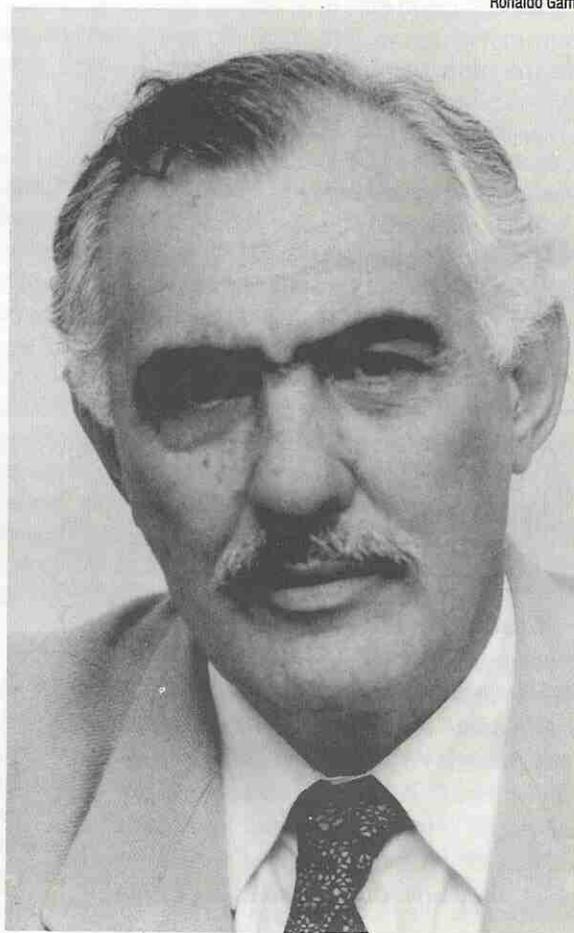
A edição do jornal do Commercio, referente aos dias 29 e 30 de junho, publicou um encarte especial, sob o título "CEDAE - Empresa Notável".

É verdade! Foi, é e será sempre notável, em que pese o descaso dos governantes no início de suas governadorias e se o governo atual não destruí-la com privatizações e/ou municipalizações de suas concessões. Algumas delas previstas, rentabilíssimas, que certamente irão desequilibrar o subsídio cruzado, aplicado pela CEDAE, vez que os municípios, com grande contingente de pessoas pobres, deixarão de ter, na CEDAE, os recursos próprios necessários para mantê-los atendidos, já que o governo estadual sempre esteve ausente para subsidiar tal questão social.

Ela tem resistido assim: Notável. Muito mais por conta da abnegação de seu quadro de pessoal. Justiça se faça que, também, não é a sua totalidade, infelizmente, o que notabiliza mais ainda a Companhia. Com certeza, sem medo de errar, afirmo que a sua notabilidade não resulta da ação, hoje, do governo estadual, como quer fazer ver aquele "tablóide". Ao contrário, os governos anteriores e o atual têm-se beneficiado disso, principalmente em épocas oportunas, como nas eleições. Aí, sim, mostraram outra vontade política e desatrelaram do governo do Estado o potencial da Empresa para a execução das obras em curtíssimos prazos e com recursos próprios. O Recreio dos Bandeirantes é um exemplo disso.

Tem sido um processo ardiloso, pois no início de seus mandatos atacam a CEDAE de forma leviana, ora para atingir governos anteriores, ora para valorizar as ações futuras próximas às eleições. Para o público usuário, a difamação da CEDAE se eterniza. Ninguém move uma palha para reverter tal imagem. O que pode parecer um elogio à CEDAE é, na verdade, uma exaltação à capacidade de governância que estaria soerguendo a empresa ineficaz.

Em verdade, a CEDAE nunca piorou, jamais se tornou ineficaz. Repito sempre: falam porque ouviram falar, e acreditam porque é o governo quem o diz, mesmo sem nunca ter tido um sofrimento causado pela CEDAE. O básico, até então alcançado, sempre fluiu normalmente. Os projetos que necessitam de investimentos para o permanente desenvolvimento e atendimento das carências, na maioria das vezes, representam as questões sociais para as quais, na CEDAE, o governo sempre esteve ausente com seus recursos financeiros e que, por vontade política, ficam congelados, sempre sob



Ronaldo Gama

"Falta à governância unidade de comando, ou estamos diante de um grande teatro, onde cada um representa o seu papel, até chegar às privatizações ou municipalizações programadas, sem arranhar a pretendida reeleição do governador."

a alegação de que não há recursos para aplicar no Saneamento, como se já houvera tais aplicações anteriormente.

Naquele mesmo tablóide, o secretário de Estado de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, ratifica a sua disposição de acabar com a CEDAE, ao afirmar: "Para a população fluminense, uma das mais importantes privatizações na reforma estatal será a da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), na qual se configura, de maneira particular, nosso objetivo: oferecer melhores serviços de utilidade pública". E demonstra total desatualização sobre a experiência de países que faz questão de citar como modelo para o projeto do governo do Estado do Rio no setor de Saneamento - a Inglaterra. Naquele País, depois de privatizado o sistema de Sa-

neamento, em 1989, as empresas tiveram lucros de cerca de R\$ 20 bilhões e investiram menos de R\$ 3 bilhões na manutenção de redes de água e esgotos; as tarifas são 10 vezes mais caras e os serviços pioraram muito, com o nível de perdas por vazamento passando de 25% para 37%, nos últimos oito anos (Ver artigo publicado no Jornal do Brasil, 12 de abril de 1997 e transcrita no Jornal da ASEAC, edição nº 8, de março de 97).

Afinal, a CEDAE é ou não é "Notável" para eles, como diz o título do encarte? Se não é, por que os depoimentos do governador, do vice-governador, do secretário de Estado de Obras e do presidente da CEDAE? Justiça seja feita, o governador, o presidente da Empresa e o secretário de Fazenda são os únicos que têm mantido coerência no que falam e agem. Os dois primeiros, em "defesa" da CEDAE; o último, pelo extermínio da CEDAE. Os demais "são como morcegos - mordem e assopram", pois ora elogiam, ora atacam. Inclusive, o secretário de Obras, em recente seminário na Baixada Fluminense, nos dias 25, 26 e 27 de junho, afirmou algo semelhante a: A CEDAE tem excelente qualidade de água, presta um péssimo serviço. Vai ser reduzida a um pequeno escritório para atender às comunidades carentes.

Se realmente é Notável para eles, por que enfraquecê-la, reduzi-la ou exterminá-la com a privatização de suas concessões? Já dizia o saudoso Cláudio Coutinho: "Em time que está ganhando não se mexe".

A quem estão querendo enganar? Ao público eleitor ou aos empregados da CEDAE? Ou estão fazendo "marketing" da CEDAE para aguçar ainda mais a desejada competição entre os empresários para as futuras licitações? A todo momento, tropeça-se em fatos que nos levam a tal reflexão. Chega-se a imaginar que ou falta à governância unidade de comando, tendo em vista a descordenação nos enfoques, que variam, também, de ocasião para ocasião; ou estamos diante de um grande teatro, onde cada um representa o seu papel sincronizado com um todo, até chegar às privatizações ou municipalizações programadas, passando pelas eleições de 1998, sem arranhar a pretendida reeleição do governador e as eleições pretensas do secretário de Fazenda e do vice-governador.

Só o tempo dirá...

Dario Mondego
Presidente

Chega de “lavar as mãos”

● Aos 48 anos de idade, dos quais 29 dedicados à CEDAE, onde exerceu vários cargos importantes, o engenheiro Emy Guimarães de Lemos tem muita história para contar. Mas o que mais o preocupa, agora, é a necessidade de os técnicos assumirem já um posicionamento mais firme, em defesa da manutenção do Saneamento Básico no setor público - e da própria CEDAE. Emy, que ingressou na CEDAE como auxiliar técnico, precisamente no dia 30 de outubro de 1968 - recorda - chegou a exercer a direção da área de Operações e Manutenção da Companhia - uma das mais nervosas e importantes da CEDAE. Atual Superintendente de Operações e Manutenção, o engenheiro foi o segundo presidente da ASEAC, além de diretor técnico da Entidade por várias vezes e conselheiro por dois mandatos. Nesta entrevista, Emy fala sobre a importância de os empregados da Empresa assumirem sua própria luta: “A maioria das pessoas na Empresa está com medo, está acovardada e prefere que alguém resolva o problema por elas”. Além disso, passamos por uma fase difícil, pois durante anos deixamos as nossas lideranças serem fragilizadas. Hoje, você fala e não há eco. Agora, é o momento de lutarmos por esse eco, de preenchermos esse vazio e essa vai ser uma luta de cada um de nós. É necessário o respeito profissional aos técnicos da CEDAE”.

Jornal da ASEAC - A Aseac vem defendendo uma maior participação de seus técnicos em todos os setores que, de uma forma ou de outra, envolvam o Saneamento Básico. Há poucos meses, o presidente da República sancionou uma nova lei de Recursos Hídricos. Os técnicos da CEDAE estão acompanhando a questão? Em sua opinião, como os técnicos da CEDAE devem se comportar com relação a esta nova lei?

Emy Guimarães - Infelizmente, muito poucos técnicos estão acompanhando a questão dos recursos hídricos, seja a nível estadual ou mesmo federal. Aliás, concordo com a ASEAC, nós, da CEDAE, precisamos aprender a falar para fora e a nos envolver em todas as questões técnicas e/ou sociais, que nos dizem respeito. O interessante é que esta nova lei define uma Política Nacional de Recursos Hídricos, priorizando a água para o consumo humano, para o abastecimento da população, e não mais apenas para a geração de energia. Além disso, pela primeira vez no País, a água passa a ser entendida como um recurso finito, ou seja, vulnerável, sendo assim ela se torna um bem econômico, que necessita de instrumentos legais essenciais ao equilíbrio da oferta e da demanda. Outra grande vantagem da lei é que, a partir de agora, o uso que for feito da água terá que ser autorizado, através de outorga com pagamento. Com essa nova visão, certamente avançaremos bastante nas relações e nos usos que faremos de nossos recursos hídricos.

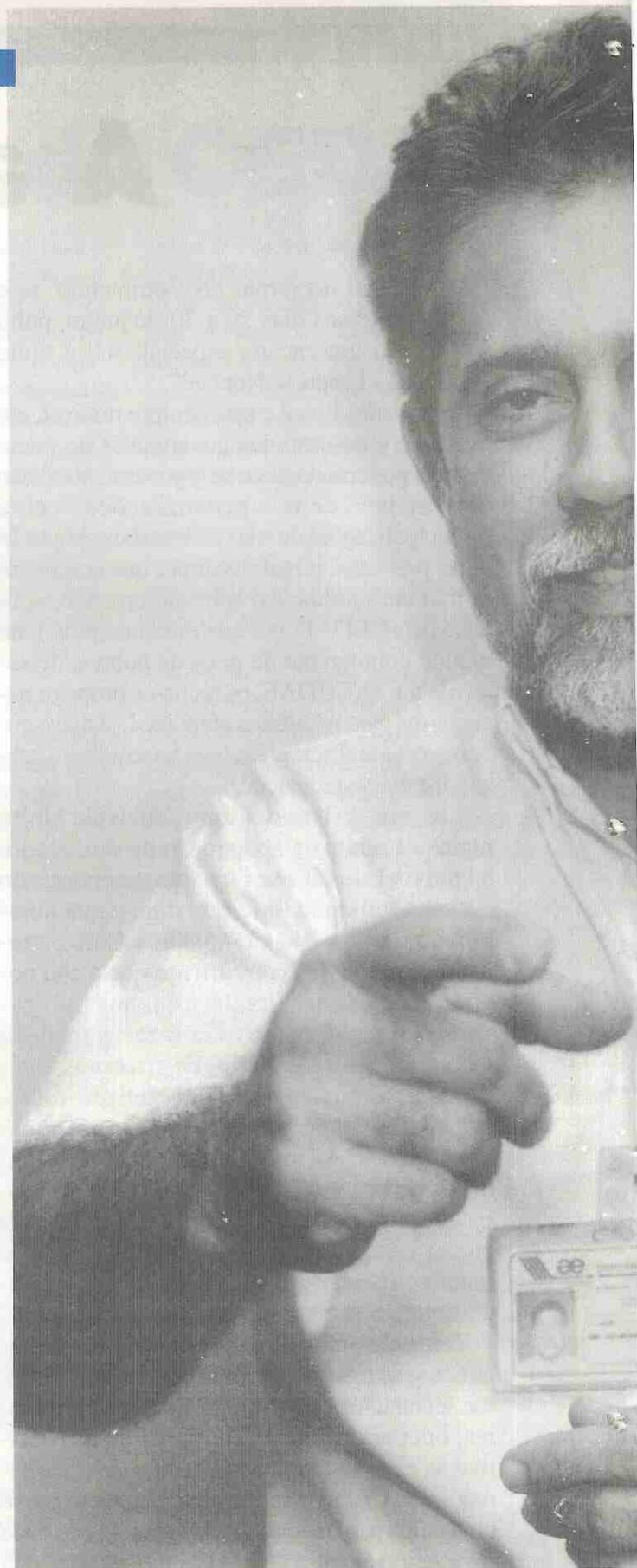
Jornal da ASEAC - Pela nova lei, deverá ser formado um Comitê de Gerenciamento da Bacia do Paraíba do Sul. É claro que a CEDAE deverá participar dessas discussões. Você não acha que é o mo-

mento de os técnicos da Empresa defenderem o Paraíba do Sul e todas as fontes de abastecimento do Estado, assumindo um papel mais político com relação ao abastecimento das futuras gerações?

Emy Guimarães - A CEDAE já tem garantido um assento no Comitê de Gerenciamento da Bacia do Paraíba. Mas, é claro, temos de pensar também nos outros municípios, até porque o rio Paraíba não abastece Niterói, São Gonçalo ou mesmo a Região dos Lagos e, se amanhã ou depois, esses sistemas vierem a ser privatizados, a questão da água, não podemos esquecer, incide diretamente sobre a qualidade de vida da população. É fundamental nos conscientizarmos sobre a importância de discutirmos mais seriamente esse assunto, pois não dá mais para acreditar que as coisas ruins só acontecem com os vizinhos. É necessário um trabalho árduo de nossa parte para garantirmos a qualidade das fontes de abastecimento da população do Estado, que definem praticamente a qualidade final da água distribuída à população.

Jornal da ASEAC - Mas, voltando a questão da Bacia do rio Paraíba, que é essencial para o Estado do Rio de Janeiro e para a CEDAE, considerando-se que a água do Guandu vem do Paraíba. Em sua opinião, os técnicos da CEDAE não deveriam ter uma atitude mais forte com relação à defesa desta Bacia, no sentido de que ela é maior fonte de abastecimento do Estado?

Emy Guimarães - Os técnicos da CEDAE podem até dizer que eles têm esses cuidados, uma vez que, de vez em quando, se discute o assunto dentro da Empresa, embora de forma tímida. Agora, é preciso registrar que a CEDAE praticamente não possui captações dentro



da Bacia do Paraíba, considerando-se que são poucos os municípios conveniados com a CEDAE, e o retorno dessa água, que é o esgoto, é de responsabilidade das prefeituras. Ou seja, a CEDAE não tem nenhum convênio de esgotos naquela bacia, o que não significa que este não seja um problema nosso, enquanto técnicos. É o momento, creio, de darmos “a volta por cima” e encararmos o fato de que independente de convênio com a CEDAE, o Paraíba é essencial - como a grande fonte de abastecimento do Estado. Essa discussão é boa, é saudável. Talvez, fosse o caso, quem sabe, de criarmos grupos técnicos para estudar essas e outras questões, que têm tudo a ver com a CEDAE e com o Saneamento Básico. A ASEAC pode incentivar, gerenciar esse debate. Vai ser bom para todos nós e a CAC vai nos

Ronaldo Gama

não seja de sua competência. Falta renovação, falta sangue novo. Para que se tenha uma idéia, a idade média do pessoal da OMA - que é responsável por toda grande manutenção e operação da Empresa - é de 47 anos. Ora, a CEDAE precisa de sangue novo para poder alavancar. Hoje, vivemos a situação de programar um serviço, que deveria demorar um certo número de horas, mas isto não ocorre, pois devido a idade do pessoal o rendimento é baixo. E o pior é que a contratação de firmas para auxiliar essa atividade ajuda apenas na força física, mas não ajuda na intelectual. Ou seja, é preciso que haja uma consciência de que a CEDAE trabalha com mão de obra especializada, que precisa de um treinamento específico. Trabalhar com Saneamento Básico é trabalhar com vida. Um reparo mal feito em uma rede pode ocasionar sérios riscos à saúde da população. Por esse motivo, essa Superintendência, no ano passado, utilizou apenas 2% de pessoal contratado. Agora, acho que é o momento de começarmos a discutir todas essas questões e, até, quem sabe, levar essa discussão à sociedade. Vamos sair da "concha" em que estivemos trancados durante anos e colocar as questões da CEDAE, do Saneamento para a população, pois ela é quem sofre ou não se há perda de qualidade em nossos serviços.

Jornal da ASEAC - O que você achou da entrevista do engenheiro João Carlos, publicada no último jornal?

Emy Guimarães - Eu gostei, por vários motivos e o principal deles foi que o João teve coragem de se expor, não se acovardou. Ele teve coragem de falar muitas coisas que pensamos, mas temos medo de falar. Aliás, conhecendo o João Carlos como conheço nesse tempo todo sempre brigando pela CEDAE, seja à frente da ASEAC ou não, lamento é que a direção da Empresa não o aproveitou melhor. O último Jornal da ASEAC traça o perfil de um profissional que tem qualidades incontestáveis, mas que é mal aproveitado pela Empresa. Acho que não são - ou não deveriam ser - as colorações políticas que deveriam definir, em uma Empresa como a CEDAE, a ocupação dos cargos, mas sim a competência técnica. E isso, toda a CEDAE sabe que o João Carlos tem. Posso falar sobre o assunto, pois no início deste governo, eu fui colocado "na geladeira", devido a algumas "focacas" e senti na pele o que é, para um profissional que dedicou a sua vida à CEDAE, ser colocado de lado. Acho que a direção da CEDAE ia "marcar um gol", se prestasse mais atenção na competência técnica do João Carlos. Agora, em sua entrevista, o João coloca muito bem o problema do medo que ronda os profissionais da CEDAE que, por executarem um trabalho específico sem similar no mercado, ficam assustados de imaginar que podem ser obrigados a deixar a Empresa.

Jornal da ASEAC - Em sua opinião, como está a CEDAE hoje?

Emy Guimarães - A CEDAE está brigando para mostrar ao seu público interno e externo do que ela é capaz. Agora, os seus profissionais estão atravessando uma crise e muitos estão ficando noites e noites sem dormir, não por problemas ligados ao trabalho ou à diversão, mas sim por não conseguir parar de pensar na sobrevivência deles e de suas famílias, devido à ameaça de privatização. É claro que isto demonstra uma grande fragilidade interna de todos nós, que somos peças de um jogo de poder. Claro, também, que podemos nos transformar em peças atuantes, que podemos brigar por uma CEDAE mais eficiente, que podemos brigar por nós e também pela grande maioria da população desse Estado, que vai ficar mais órfã ainda se a CEDAE for

destruída enquanto empresa pública. Hoje, a CEDAE pratica uma tarifa diferenciada, que faz com que os que têm mais subsidiem os mais carentes. Ela pode fazer isto, por ser uma empresa do governo. Enquanto empresa privada, a atitude seria outra. Nós precisamos discutir mais todas essas questões. Gente, vamos para a ASEAC, para o Clube de Engenharia, vamos para a SEAERJ... vamos levantar esse debate. Vamos brigar pela CEDAE e por todos nós.

Jornal da ASEAC - Você acha que os empregados da CEDAE deveriam assumir uma posição mais próxima da sociedade em defesa do Saneamento?

Emy Guimarães - Alguns de nós têm feito este trabalho, mas a verdade é que os técnicos que ocupam cargos na direção da Empresa têm laços políticos, tanto internos quanto externamente, o que dificulta o envolvimento com essas questões.

Jornal da ASEAC - O que os empregados da CEDAE podem fazer para evitar a privatização da Empresa?

Emy Guimarães - A privatização da CEDAE passa por uma vontade de governo. Agora, o que nós estamos vendo é o presidente da Empresa e a sua diretoria lutando para que essa privatização, se for feita, não traga prejuízos à qualidade de vida da população, e que seja feita de forma a trazer o desenvolvimento ao Estado. Podemos citar, como exemplo, a Região dos Lagos, os Sistemas Integrados (Rio/Baixada, Niterói/São Gonçalo), que por terem uma concentração muito grande de pessoas atendidas e vários conflitos sociais deverão permanecer na CEDAE. Precisamos analisar que sub-concessões à iniciativa privada em um sistema integrado podem gerar atritos sociais sérios. Por exemplo: se for feita uma sub-concessão do Sistema da Barra da Tijuca e tivermos um problema na Elevatória do Lameirão, como vão ficar as populações de São João de Meriti, Nilópolis e alguns bairros do Rio? Ora, é preciso analisar tecnicamente a questão. Ou seja, se a água vem da mesma origem e eu tenho, em determinado momento, uma escassez, a quem eu vou atender? Hoje, a CEDAE como um todo equilibra este problema, dividindo o prejuízo, fazendo uma distribuição equânime da água. E no caso do Sistema da Barra da Tijuca estar sendo operado pela iniciativa privada, como vai ser? E o "Ente Regulador", onde está? Nós, técnicos da CEDAE, temos de discutir essas questões, levantar o debate, assumir o nosso papel de agentes sociais que somos. Quer dizer, qual a justificativa que o governo do Estado vai dar à sociedade para beneficiar esse bairro em detrimento a vários outros e até mesmo a vários municípios? Nós, técnicos da CEDAE, não conseguimos encontrá-la. Por isso, volto a insistir é fundamental que freqüentemos mais a ASEAC, o Clube de Engenharia e a SEAERJ, para levantarmos essas questões.

Jornal da ASEAC - Você sempre foi uma liderança dentro da CEDAE. Em sua opinião, como se pode envolver mais os empregados da Empresa na discussão?

Emy Guimarães - É difícil, pois hoje a grande maioria das pessoas na Empresa está com medo, está acovardada e prefere que alguém resolva o problema por elas. Além disso, passamos por uma fase difícil, pois durante anos deixamos as nossas lideranças serem fragilizadas. Hoje, você fala e não há eco. Agora, é o momento de lutarmos por esse eco, de preenchermos esse vazio e essa vai ser uma luta de cada um de nós. Não podemos ignorá-la. É necessário o respeito profissional aos técnicos da CEDAE.

agradecer, pois o número de técnicos "estressados" sem dúvida vai se reduzir.

Jornal da ASEAC - Como estão hoje os técnicos da CEDAE? Por quê há tão pouco debate?

Emy Guimarães - Quando criamos a ASEAC, a CEDAE era uma empresa dinâmica, discutia as questões, recebia idéias novas, na medida em que a Companhia não era "fechada", ou seja, recebia gente nova. Havia uma discussão em razão disso tudo. Há anos, no entanto, não há renovação dentro da Empresa, os concursos, as contratações estão proibidas e o resultado é que não há renovação, não há idéias novas a serem colocadas. Como consequência, hoje, os técnicos estão realmente um pouco receosos de fazer alguma coisa que

Força feminina no Saneamento

● *Anfitriã do último Congresso de Saneamento do milênio, em 1999, a ABES/RJ quer transformar o evento num "acontecimento" para mudar os rumos do setor no País.*

Em 1999, a cidade do Rio de Janeiro vai sediar o 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que acontece paralelamente à 3ª Feira Internacional de Tecnologia de Saneamento Ambiental. Será o último evento do setor neste milênio, e se realiza na chamada capital cultural do país, o que não deixa de ser uma excelente notícia para levantar os ânimos da população e dos técnicos sanitários - principalmente dos cariocas - às voltas com a discussão sobre a necessidade de se implantar um novo modelo para o Saneamento Básico no Estado.

Planejado para ocorrer em outubro de 99, no Rio-Centro, o Congresso já tem delineada uma expressiva mobilização social como garantia de sucesso, através de um encontro sobre educação ambiental, no Aterro do Flamengo, e totalmente aberto à população. Quem garantiu isso foi a nova presidente da ABES-Rio, a bióloga Eliane Barbosa. Recém empossada no cargo mas já com mil idéias na cabeça, ela garante que o encontro significará uma semana inesquecível pela oportunidade da troca. As propostas do evento estarão sendo lançadas em setembro próximo, em Foz do Iguaçu, durante o 19º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, promovido pela ABES Nacional.

Saneamento ambiental

Em sua gestão, ela adotará, como primeiro passo, a aproximação com o associado através da adoção de mecanismos de contatos diretos e frequentes, como a retomada de publicações e a realização de pesquisas de opinião sobre o perfil a ser adotado pela entidade. Eliane quer promover a reformulação do cadastro de associados, criando uma "Bolsa de Oportunidades", onde a ABES-Rio seja ponto de referência para a oferta e demanda de estágios, empregos e serviços técnicos para profissionais e empresas.

A novidade maior fica por conta da criação das "Câmaras Técnicas Consultivas", formadas por seis profissionais de segmentos distintos e que representem um fórum para expressão de opiniões e propostas re-

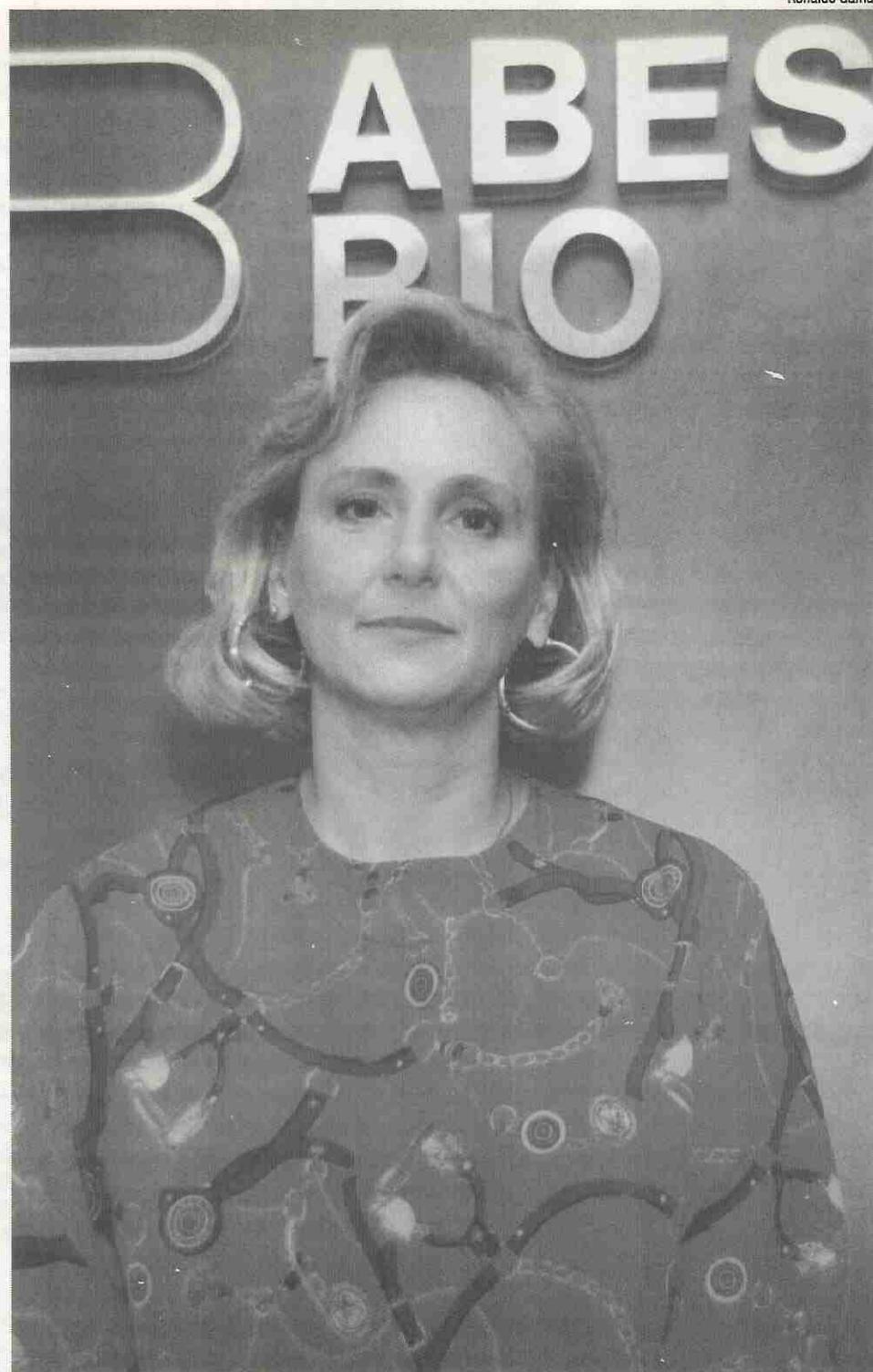
lativas a assuntos específicos. E não vai faltar também vontade política para a realização de parcerias com universidades e escolas técnicas de vários segmentos, para ampliar o debate e as ações de saneamento ambiental, inclusive através de cursos em nível de especialização e pós-graduação. E convênios também para serviços de consultoria em várias áreas, garante Eliane.

Segundo a nova presidente, trabalhar junto aos sindicatos também está incluído em suas propostas de administração. "Está na hora de ouvir o problema do trabalhador, sem fazer o papel dele". Eliane cita dois exemplos acontecidos recentemente: o do Sindicato dos Urbanitários, que encaminhou à ABES-Rio uma proposta nova de gestão para a CEDAE, assim como a ASEAC que trouxe uma outra, sobre um novo modelo de gestão. A ABES-Rio tem que caminhar junto com eles nessa discussão.

- É importante que a ABES-Rio caminhe, também, junto com as empresas privadas. Não somos representantes de órgãos públicos. Somos uma associação que deseja congrega os setores públicos e privados, e também os técnicos.

Eliane Barbosa é bióloga, formada pela UFRJ, especializada em Ecologia. Trabalhou na Feema fazendo pesquisas, no controle de vetores, e coordenou campanhas contra a dengue no Estado do Rio de Janeiro. Foi professora da UERJ, chefe do departamento de Ecologia, mas acabou optando pelo serviço público em detrimento à sua formação acadêmica. Por quê? Por angústia, responde, ao explicar a necessidade que sentia na ausência de respostas mais imediatas naquilo que acreditava. Em 90, foi convidada pela assessoria ambiental da Assembléia Legislativa, e partiu para uma nova luta, com maior liberdade para atuar na ABES-Rio, da qual há muito havia se associado.

De 85 - quando ainda não havia optado por novos rumos - até 95, participou da diretoria sendo que, em 91 e 92, passou a coordenar os comitês, o que a levou a perceber que alguma coisa teria que ser feita pelas seções regionais. De 95 a 97, chegou



Eliane quer reformular o cadastro de associados, criando uma "Bolsa de Oportunidades"

Nova Diretoria - Gestão 97/99

Presidente - Biol. Eliane Pinto Barbosa

Vice-presidente - Eng. Fernando Penna Botafogo Gonçalves

Diretor - Eng. Aloísio Clóvis dos Reis

Diretor - Eng. Elysio Américo Moreira da Fonseca

Diretor - Eng. Jorge Luis Paes Rios

Diretora - Jorn. Tânia Bittencourt de Magalhães

1º Secretário - Eng. José Alfredo Charnaux Sertá

2º Secretário - Armando Costa Vieira Júnior

1º Tesoureiro - Jaime Dutra Noronha

2º Tesoureiro - Aloysio Ribeiro Filho

à vice-presidência e, agora, a presidente do órgão. Em 90, lembra Eliane, durante dois mandatos consecutivos, coordenou o Comitê Permanente de Saúde Pública Nacional e foi ali que pôde entender que só se poderia fazer um bom trabalho se as ABES regionais fossem fortalecidas, ganhassem mais representatividade.

- O congresso é sempre um sucesso nacional - garante animada - por ser respeitado e contar com credibilidade a nível nacional. Não podemos pensar pequeno na mu-

dança do milênio, temos que apresentar coisas novas, atuais, práticas, e de interesse da população. Cabe-nos, como anfitriões, apresentar propostas que tenham repercussão, resgatar a mobilização dos eventos, fazer desta cidade um polo de opiniões e de cultura.

A administração anterior teve um papel fundamental que foi recuperar sócios que haviam se afastado. O número foi triplicado, o que criou uma estrutura que nos permite, agora, ousar mais.

Baixada quer melhores serviços

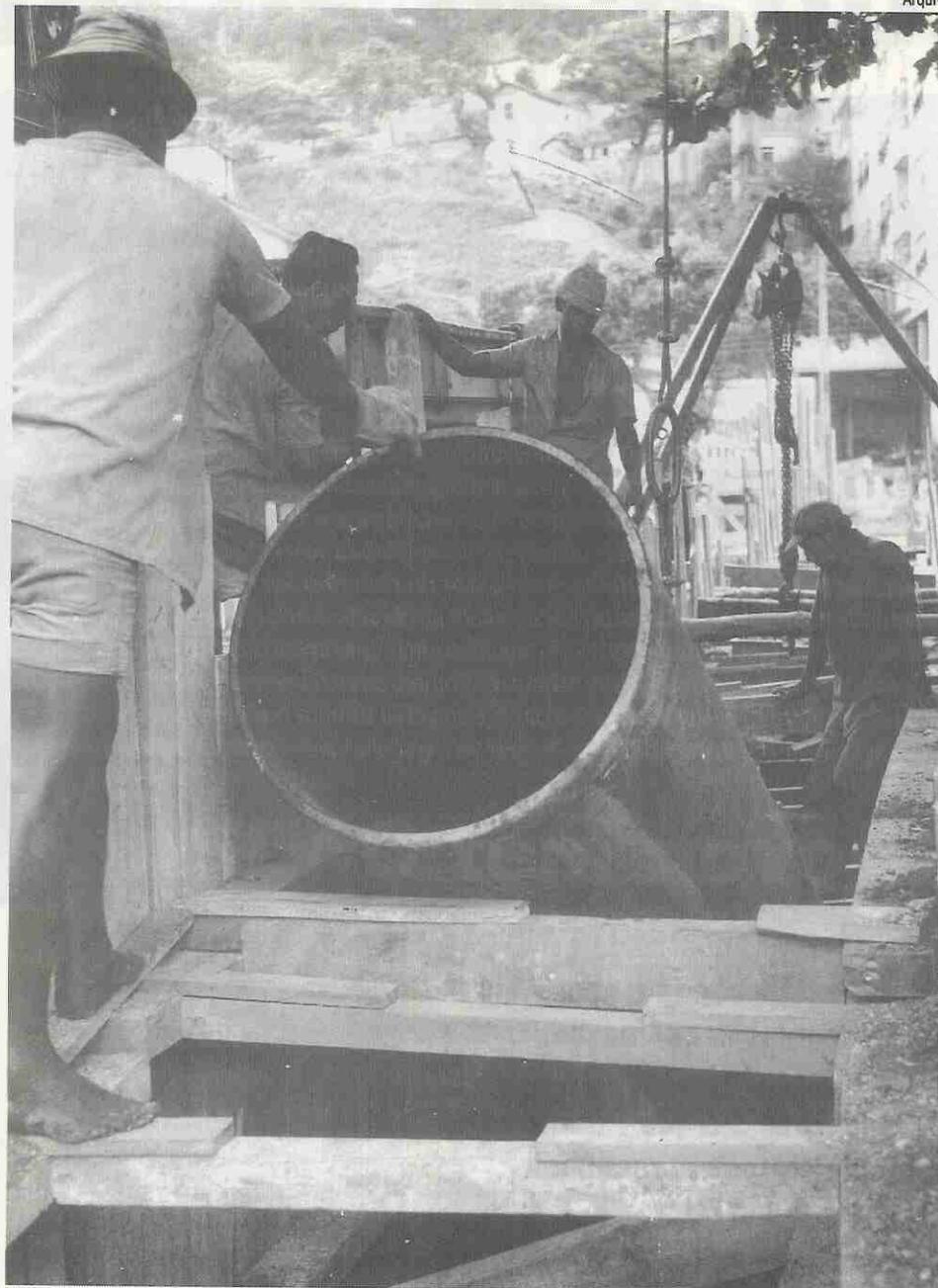
● *Prefeitos defendem a municipalização, mas admitem que dificuldades financeiras são um obstáculo*

Com exceção do Prefeito de Nilópolis, José Carlos Cunha, do PDT, a maioria dos prefeitos da Baixada Fluminense quer rescindir o convênio com a CEDAE e municipalizar e/ou privatizar os seus sistemas de Saneamento Básico, segundo declararam em entrevista ao Jornal da ASEAC. Para José Carlos Cunha, existe a possibilidade de que Nilópolis mantenha o convênio com a CEDAE, desde que a Empresa tenha condições de atender, de fato, ao município, até porque a prefeitura não teria, hoje, condições financeiras para assumir os serviços de Saneamento.

“Em um município pobre como Nilópolis, essa questão é preocupante, pois, depois do pagamento da folha do funcionalismo, sobra muito pouco da arrecadação. Não há dinheiro para investimentos, para obras. Deveríamos discutir mais a questão do Saneamento. A CEDAE ainda é rentável, embora esteja mal administrada e passando por um processo de sucateamento, que, sem dúvida, a deixa desvalorizada. Eu quero conversar mais sobre o assunto, vou buscar subsídios com técnicos experientes para que estes me expliquem a viabilidade técnica da questão”.

Já o prefeito de Paracambi, Rogério Ferreira, do PMDB, afirmou que a opção dele é pela municipalização dos serviços de Saneamento, tanto da distribuição de água, quanto do esgotamento sanitário, apesar de reconhecer que há dificuldades financeiras: “Paracambi é uma cidade pobre e a nossa dúvida é se temos competência financeira para assumir esse serviço. A nossa opção é pela municipalização, mas pode ser que, por falta de recursos, tenhamos de ficar com a CEDAE”. Por sua vez, o prefeito de Nova Iguaçu, Nelson Bornier, do PSDB, explicou que após esses anos todos, onde não ocorreram avanços nos serviços prestados pela CEDAE, ele não vê outra alternativa a não ser a privatização. Bornier disse, inclusive, que já está discutindo o assunto com o governo do Estado. Também o prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito (PSDB) afirmou que a privatização é a melhor opção para garantir um serviço de boa qualidade.

Esta opinião dos prefeitos da Baixada Fluminense com relação à melhor opção para resolver os graves problemas de Saneamento Básico que atingem a Região pode mudar, no entanto, nos próximos meses. Pelo menos é o que



“A CEDAE ainda é rentável, embora esteja mal administrada e passando por um processo de sucateamento.”

garantem os representantes do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - que resolveram analisar os problemas e as perspectivas do Saneamento na Baixada, através de um seminário, realizado durante três dias (25, 26 e 27/06), na Câmara de Vereadores de São João de Meriti. O Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, criado através de uma parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE - e o Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, quer trazer para o contexto da Baixada o debate que vem ocorrendo a nível nacional sobre modelos de gestão de serviços de

Saneamento, articulando a problemática da renovação das concessões dos serviços de águas e esgotos na região. Por isso, promoveu o seminário que teve, também, a participação e apoio do Comitê Político de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente da Baixada Fluminense e do Ministério do Planejamento, através de patrocínio da Caixa Econômica Federal - CEF.

Dividido em oito painéis, o encontro contou com a participação de técnicos Secretaria de Política Urbana - Sepurb -, que apresentaram o Plano de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS -; de representantes da CEF - e do Banco Nacional do Desenvolvi-

mento Econômico e Social - BNDES -, além da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - e da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemæ. Participaram também do seminário o vice-governador Luis Paulo Correa da Rocha; o Secretário Estadual da Baixada Fluminense, Ernani Boldrin, além de todos os prefeitos da Baixada Fluminense.

Segundo o Coordenador do Seminário, Hélio Ricardo Leite Porto, da FASE, durante o seminário, os órgãos ligados ao governo federal (CEF, BNDES e Sepurb) não defenderam a privatização dos serviços de Saneamento como a melhor opção para a Região. Hélio Ricardo explicou que, na opinião dele, o melhor sistema seria a municipalização dos serviços, mas a questão precisa ser mais debatida e, por isso, foi feito o seminário para implementar o debate sobre as questões do Saneamento Básico na Região.

A proposta foi a de apresentar e discutir experiências inovadoras de gestão de serviços de Saneamento, de forma a traçar diretrizes básicas, que possam orientar uma política de Saneamento Ambiental na Baixada Fluminense. Hélio Ricardo afirmou que, entre as conclusões do Encontro, destaca-se a de se criar um grupo de trabalho para assessorar e orientar a Associação de Prefeitos da Baixada, de forma que seja implantada uma política de Saneamento Ambiental na. Através desse grupo, a FASE - em convênio com a Assemæ - vai proporcionar aos prefeitos uma assessoria jurídica de grande porte, de forma que estes tenham subsídios para reformular ou mesmo extinguir os convênios - a grande maioria já caduca - com a CEDAE.

Além dessa, explicou, foram três as principais conclusões do seminário: fazer um levantamento físico-ambiental das dificuldades do Saneamento Básico na Baixada Fluminense; discutir com os prefeitos a melhor forma de adequar a qualidade do serviço à democratização do acesso a uma tarifa social; e, por último, ajudar os prefeitos na criação de um ente regulador municipal, que defina um plano de metas e permita às prefeituras fiscalizar os serviços de Saneamento Básico, estejam eles nas mãos da CEDAE, da iniciativa privada ou mesmo dos próprios municípios.

Entidades levam sua preocupação ao interior

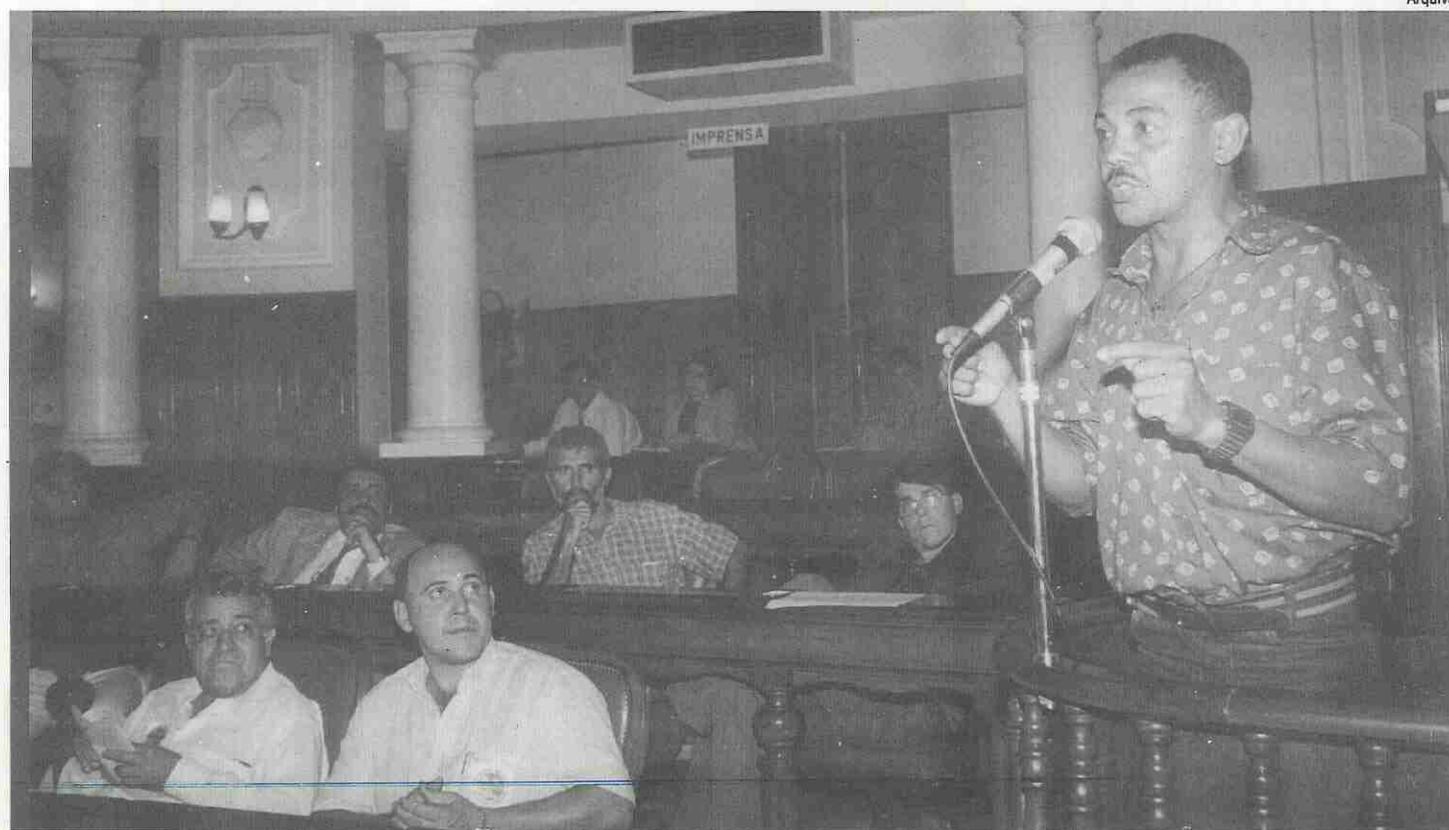
A ASEAC, os sindicatos e a ABES Nacional continuam realizando várias incursões pelo interior, principalmente na Região dos Lagos, para explicar às Câmaras de Vereadores locais os riscos da privatização do sistema de abastecimento de água da Região, da forma como ela vem sendo proposta pelo governo. No prazo de 45 dias, esses órgãos participaram de três audiências públicas, na Câmara de Vereadores de Saquarema, sendo que, após essas audiências, quando se realizou um grande debate sobre a questão, ficou comprovado que mais de 70% dos vereadores são contra a privatização.

Em função disso, resolveram enviar um documento ao governador, demonstrando seu posicionamento. Segundo informação dos representantes das três entidades, apesar de os serviços da CEDAE serem considerados ainda deficientes, os vereadores de Saquarema estão dispostos a dar um "voto de confiança" à Empresa, pois é melhor manter os serviços com a Empresa Pública do que entregá-los à iniciativa privada, considerando-se, principalmente, as dificuldades da população de baixa renda.

Privatização em Niterói

No próximo dia 18 de julho, a prefeitura de Niterói deve abrir as propostas das empresas interessadas em assumir o sistema de abastecimento do município. A licitação considera os itens "menor preço" e "capacidade técnica" como essenciais, o que na opinião do vereador João Batista Petersen Mendes, do Partido dos Trabalhadores, deveria ser um estímulo à participação da CEDAE no processo licitatório, considerando-se que nenhuma empresa tem mais capacidade técnica para assumir o serviço do que ela. Segundo Petersen, a grande questão, no entanto, é que a CEDAE é manipulada, politicamente, não tem autonomia administrativa e, por isso, não há vontade política de participar.

Bastante preocupado com a questão da privatização de serviços públicos, princi-



Arquivo

"A CERJ foi privatizada e Niterói está vivendo o caos. Houve demissão em massa, contrataram pessoal não especializado e o que vemos é a nova Empresa preocupada apenas em faturar."

palmente abastecimento d'água, energia elétrica e telefonia, o vereador criticou a privatização da CERJ: "A Empresa foi privatizada, e Niterói está vivendo o caos. Houve demissão em massa, contrataram pessoal não especializado e o que vemos é a nova Empresa preocupada apenas em faturar. Há bairros na cidade, que em intervalos de menos de trinta minutos, sofrem black-outs de sete a oito vezes por dia. Isto é um absurdo e nós não temos com quem

reclamar".

Segundo Petersen, a questão da água também não deve ser menosprezada, pois o que ocorreu na Argentina não pode ser ignorado. Lá, a empresa privada que assumiu o sistema, em Buenos Aires, parou de atender a população carente. Levantando o risco de convulsão social, o vereador lembrou que no início da década de 60, o sistema de barcas era privatizado e de péssima qualidade, o que fez com que a população revoltada enfrentasse a polícia e colocasse fogo em várias barcas: "A situação foi tão grave que a população invadiu as mansões dos donos do sistema, jogando móveis na rua e colocando fogo em tudo. O governo deveria se preocupar, pois da forma como essas privatizações estão sendo feitas, isto pode voltar a ocorrer, explicou o vereador.

"Por princípio defendo que o setor público seja responsável pelos serviços essen-

ciais, até porque à iniciativa privada só interessa o lucro financeiro e não o social". Com relação à privatização do sistema de Niterói, o vereador colocou que o governo municipal está fazendo um marketing de que, com a privatização, a Região Oceânica vai ter água. Em função disso, explicou, o assunto não está sendo debatido como deveria. "Não houve debate, a audiência pública não foi divulgada e dela participaram poucas pessoas."

"Hoje, é preciso esclarecer, a CEDAE vive um processo onde a maior parte de seus serviços é terceirizada, e isso não é ruim, pois a Empresa mantém um controle da fonte dos recursos, ou seja, há controle público. Com a privatização, vamos entregar o "filé mignon" da arrecadação à iniciativa privada e manter o ônus do atendimento às populações carentes, pois essas não interessam ao capital privado", finalizou o vereador.